

V-640 – ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE SANEAMENTO BÁSICO NA PARAÍBA

Gabriele de Souza Batista⁽¹⁾

Engenheira Civil pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestranda em Engenharia Civil e Ambiental pela UFCG.

Kaliane de Freitas Maia⁽²⁾

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestra em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Ciências Sociais pela UFCG. Pós-Doutora em Ciências Sociais pela UFCG.

Luis Henrique Cunha⁽³⁾

Graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestre em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Roseane Batista da Cunha⁽⁴⁾

Graduada em Pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú (UVA). Especialista em Vigilância em Saúde Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-graduanda em Engenharia Ambiental e Sanitária pela Faculdade UNYLEYA. Chefe do Serviço de Saúde Ambiental na Paraíba (Sesam-PB) da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Elma Maria de Araújo Pimentel⁽⁵⁾

Graduada em enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Enfermeira do Serviço de Saúde Ambiental na Paraíba (Sesam-PB) da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Endereço⁽¹⁾: Rua João Almeida Barreto, 20 - Sandra Cavalcante - Campina Grande - PB - 58410786 - Brasil - Tel: +55 (83) 98797-9618 - e-mail: gabriele.souza@estudante.ufcg.edu.

RESUMO

No Brasil, a participação social na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) é valorizada e considerada importante, mas ainda enfrenta desafios. A efetividade da participação social na universalização do acesso aos serviços de saneamento é incerta, e há dificuldades em envolver a população usuária dos serviços na tomada de decisão. Embora haja pesquisas sobre a importância da participação social no controle social das políticas públicas, há poucos estudos sobre como essa participação tem sido aplicada na elaboração dos PMSB, principalmente na identificação dos problemas e planejamento das ações futuras. Assim, é fundamental estudar como a participação se materializa nas etapas de elaboração dos planos. O presente artigo objetiva analisar a estratégia mobilização e participação social, construída pela equipe técnica responsável pela elaboração de 49 Planos Municipais de Saneamento Básico no estado da Paraíba, e avaliar os resultados alcançados na etapa do diagnóstico técnico-participativo. Para tanto, fez-se o uso de uma metodologia baseada na análise de dados quantitativos, como o número de participantes nas audiências públicas e aplicação de questionários sobre os serviços de saneamento básico em cada localidade. Também se utilizou uma metodologia qualitativa, que incluiu audiências públicas para apresentação e discussão dos serviços de saneamento básico e sua relação com outros setores da vida social, com anotação de todas as colocações, respostas e soluções apresentadas pela população. Foi possível identificar que a estratégia de participação social implementada na elaboração de 49 Planos Municipais de Saneamento Básico na Paraíba foi considerada efetiva, apesar dos desafios enfrentados durante as audiências públicas realizadas durante a pandemia de Covid-19. A participação da sociedade no processo de elaboração do PMSB foi importante para fundamentar potencialidades e compreender a importância da participação social em momentos de tomada de decisão. As estratégias de mobilização e participação social contribuíram para um amplo acesso à informação, sensibilização sobre a relevância do PMSB e dos serviços de saneamento disponíveis nos municípios, além de construir um diálogo mais consistente entre o saber técnico e popular.

PALAVRAS-CHAVE: PMSB, Mobilização Social, Estratégia Participativa, Audiência Pública, Saneamento Ambiental.

INTRODUÇÃO

A defesa de instrumentos de participação social na elaboração de planos de saneamento básico no Brasil está consolidada, tanto em termos legais quanto nas práticas de diferentes agentes públicos e da sociedade civil envolvidos com a temática. Apesar disso, os desafios inerentes à aplicação destes instrumentos ainda são muitos. De um lado, há ainda grande incerteza sobre quais os ganhos efetivos da implementação de uma estratégia de participação social nas ações que visam a universalização do acesso aos serviços de saneamento no país. De outro lado, são muitos os relatos das dificuldades encontradas nos esforços de efetivamente envolver as populações usuárias dos serviços nos processos de tomada de decisão.

Mesmo que vários pesquisadores tenham identificado e analisado a importância da participação social quando se trata do tema do saneamento básico, os estudos realizados enfocam na maioria das vezes, a participação no contexto do controle social das políticas públicas, exercido após a etapa de planejamento (RUBINGER et al. 2016; MELLO e REZENDE, 2016; AGUIAR et al., 2016; GOMES e HELLER, 2016). Ainda são incipientes os estudos que analisam como a participação social tem se materializado nas etapas de elaboração dos planos municipais de saneamento básico, particularmente na construção do diagnóstico, fase de identificação dos problemas ou ausências com relação aos serviços de saneamento disponibilizados para a população usuária e planejamento das ações futuras.

Este artigo apresenta a experiência de implementação de uma estratégia de mobilização para a participação social no processo de elaboração de 49 Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) em municípios de até 50 mil habitantes no estado da Paraíba, como parte das atividades previstas no Termo de Execução Descentralizado (TED) nº 003/2019 firmado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Definiu-se como pressuposto das ações executadas que a participação social, especialmente na etapa de elaboração do diagnóstico técnico-participativo, deveria qualificar o conhecimento sobre os sistemas de saneamento básico, revelando problemas, bem como demandas prioritárias e potencialidades, que não poderiam ser adequadamente diagnosticadas sem o envolvimento da população no processo.

Desta forma, o presente artigo tem o objetivo analisar a estratégia de participação social construída pela equipe técnica responsável pela elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico no estado da Paraíba e avaliar os resultados alcançados na etapa do diagnóstico técnico-participativo, tanto em termos do envolvimento dos usuários quanto na qualificação do conhecimento sobre os serviços de saneamento nos municípios onde a estratégia de participação social foi executada. Para isso, descreveu-se as estratégias de mobilização, comunicação e participação social detalhadamente, de acordo com o que foi proposto do Plano de Mobilização Social entregue aos municípios. Em um segundo momento, analisou-se as principais dificuldades encontradas na implementação da estratégia de mobilização social nos municípios selecionados para elaboração do PMSB.

METODOLOGIA UTILIZADA

Para o alcance dos objetivos almejados, o estudo pautou-se em uma metodologia quantitativa e qualitativa aplicada a 49 municípios do estado da Paraíba participantes do TED nº 003/2019 Funasa/UFCG (Figura 1).

A análise dos dados quantitativos levou em consideração o número de participantes nas audiências públicas, a localidade de representação, se pertencem a setores de mobilização da sede municipal ou da zona rural do município. Também foi possível levantar as instituições representadas, se pertencem a gestão municipal ou a sociedade civil. Com relação ao envolvimento dos municípios quanto ao conhecimento a respeito dos serviços de saneamento, foi aplicado um questionário contendo questões relacionadas aos 4 serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo dos resíduos sólidos e manejo das águas pluviais) com múltiplas respostas, com o objetivo de levantar os problemas e potencialidades de cada localidade (bairro e/ou comunidades rurais). Depois de tabulados foram de grande importância para diagnosticar a situação do saneamento. Para conclusão do diagnóstico também utilizamos dados secundários de várias plataformas oficiais como por exemplo IBGE, SNIS, PNAD, INCRA, AESA, MapBiomass, entre outras bases de dados.

A metodologia qualitativa permitiu identificar que o envolvimento popular no processo de elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico é de ordem política, social, econômica e cultural. Nas audiências públicas foi apresentado uma caracterização sobre os serviços de saneamento básico e sua ligação com outros setores da vida social, como saúde, meio ambiente, educação, moradia, etc. Em um segundo momento, levantou-se questionamentos sobre cada um dos eixos do saneamento, abrindo a palavra para a manifestação do público presente. Todas as

colocações, respostas e soluções foram anotadas para uma posterior tabulação dos problemas e potencialidades apresentada pela população presente.

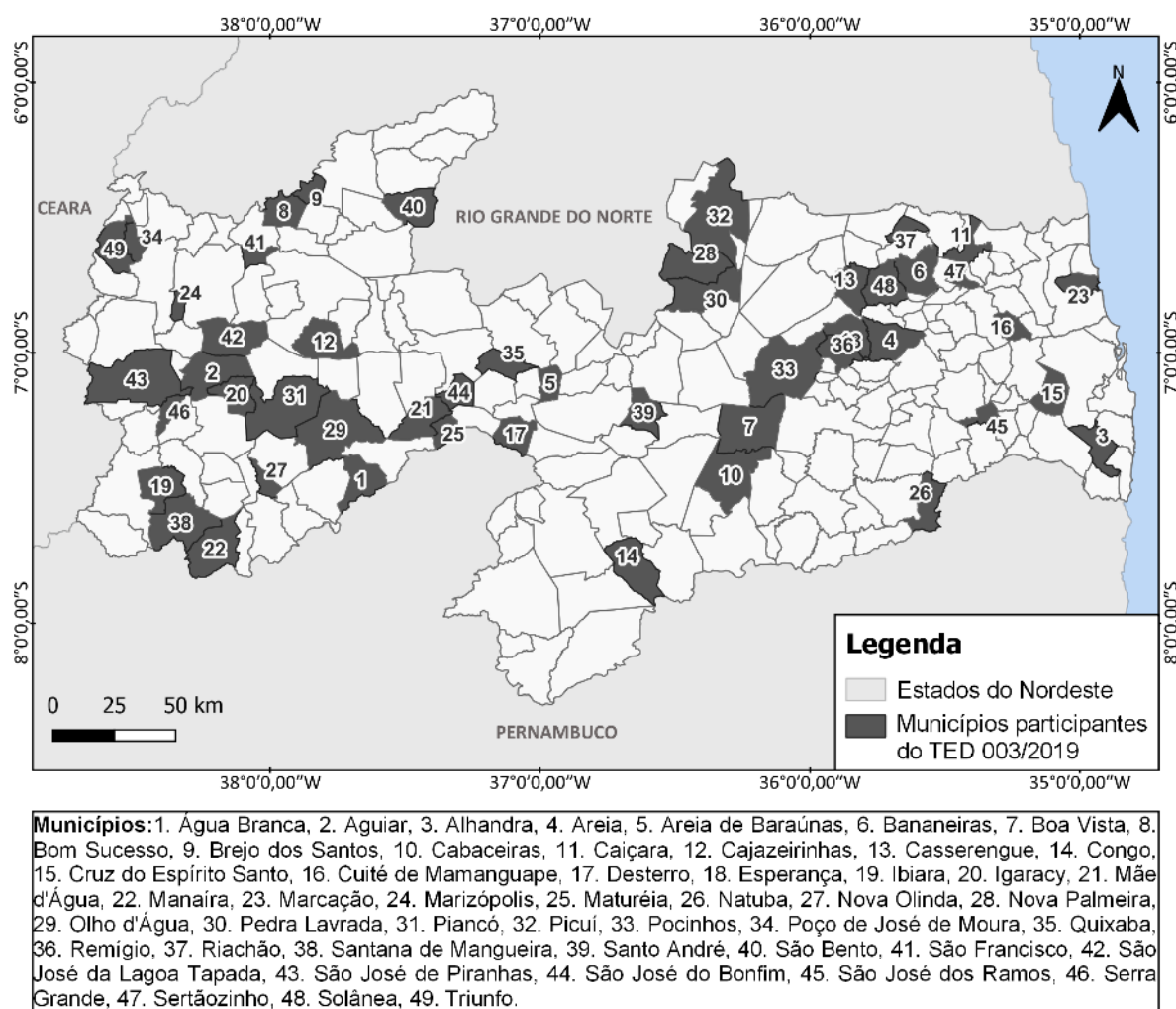


Figura 1: Municípios do estado da Paraíba contemplados pelo TED nº 003/2019 – Funasa/UFCG.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Visando analisar a estratégia de participação social construída pela equipe técnica de elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico na Paraíba consultou-se o Plano de Mobilização Social que continha as estratégias e os meios necessários para a realização das atividades de mobilização, comunicação e participação social. Sumariamente estava presente no plano de mobilização social o planejamento das atividades a serem desenvolvidas em todo o processo de elaboração dos PMSBs, dentre elas: formação dos comitês de elaboração, fiscalização e aprovação de entrega dos produtos (Comitê Executivo e Comitê de Coordenação); capacitação dos comitês; organização dos setores de mobilização; reuniões com os técnicos e gestores municipais; audiências públicas; visitas técnicas e conferências municipais.

O primeiro evento da Estratégia Participativa foi a realização de uma reunião, agendada previamente com dois representantes indicados pelo gestor público no momento de inscrever o município junto ao edital da Funasa, para pleitear a elaboração do plano de saneamento básico dos municípios. O objetivo do encontro foi: apresentar a equipe que iria elaborar o PMSB; explicar o processo de elaboração do PMSB e a sua Estratégia Participativa; apresentar os princípios básicos do saneamento e a abrangência dos quatro componentes do saneamento básico,

pensando em todo o território do município, englobando a área urbana e a zona rural. Nessa primeira reunião foi formalizado o Comitê Executivo, sendo publicada e entregue a Portaria de nomeação contendo os representantes indicados. Também foi discutido e apresentado nomes de pessoas que poderiam compor o comitê de coordenação, entre eles representantes da gestão municipal e representantes da sociedade civil.

Ainda nessa primeira reunião, debateu-se sobre o mapeamento dos atores locais, o que incluiu identificar e sugerir nomes de lideranças comunitárias, religiosas, artistas locais, agentes públicos de saúde, professores, radialistas e jornalistas, para serem vetores de mobilização, ou seja, pessoas que pudessem compartilhar e levar informações para o maior número de pessoas possíveis, comunicando sobre a elaboração do PMSB e levando materiais e possíveis conteúdos para todas as localidades do município.

A partir dessa primeira reunião, a elaboração dos planos municipais de saneamento iniciou-se com a constituição formal, mediante ato público do Poder Executivo Municipal, de dois grupos de trabalho denominados Comitê Executivo e Comitê de Coordenação. Os dois comitês possuem funções complementares, uma vez que promovem a integração entre o conhecimento técnico (Comitê Executivo) e uma visão pluralista da situação do saneamento básico (Comitê de Coordenação), possibilitando uma compreensão mais integralizada do saneamento no município e suas interfaces com a política, gestão, história, meio ambiente, sociedade e economia. Ressalta-se que a atuação desses comitês é fundamental para a concretização da participação e controle social na elaboração do PMSB (BRASIL, 2018).

Então, as primeiras estratégias participativas foram a formação dos comitês. O Comitê Executivo é a instância responsável pela operacionalização de todo o processo de elaboração do plano, formado por representantes do poder público municipal e da equipe técnica da UFCG. A cooperação entre técnicos do município e da UFCG possibilitou compartilhar ideias, dividir responsabilidades e ações, além de proporcionar o diálogo entre conhecimento técnico e a realidade sociocultural local, facilitando e subsidiando a composição dos produtos e a interação com a sociedade civil organizada e com a população em geral.

Em momento posterior, a estratégia foi a formação do Comitê de Coordenação, o qual tem a função de fiscalizar e validar os produtos e demais documentos definidos no processo de elaboração PMSB. O pré-requisito para a composição desse comitê é a participação paritária de membros titulares e suplentes que representam a sociedade civil e que estejam participando da gestão municipal, numa composição numérica igualitária.

A partir de estratégias técnicas, mas também sociais, culturais e territoriais os comitês definiram os setores de mobilização, ou seja, seccionando uma divisão territorial regionalizada que possibilite a compreensão holística do município sem deixar de lado as particularidades de cada localidade (urbana e rural).

Com o intuito de reunir o maior número de pessoas e abranger toda a extensão territorial do município, foi instituído os Setores de Mobilização, compreendendo bairros, comunidades rurais, povos e comunidades tradicionais, sítios e/ou distritos, levando em consideração aspectos socioculturais da população local, a concepção de outras políticas públicas setorializadas e a prestação de serviços públicos (saúde e educação). Os critérios que foram utilizados na composição dos Setores de Mobilização foram: levantamento dos Setores Censitários do IBGE, divisão distrital, número populacional, facilidade de acesso e infraestrutura disponível nos locais para realização das reuniões.

A quantidade de setores de mobilização em cada município levou em consideração alguns requisitos: municípios com até 15.000 mil habitantes terão, no mínimo, 3 Setores Mobilização; municípios com mais de 15.000 mil terão, no mínimo, 4 Setores Mobilização; municípios que possuem povos e comunidades tradicionais em seu território, terão acrescidos um ou mais Setores de Mobilização, de acordo com o número de povos e comunidades tradicionais existentes.

Para facilitar a visualização regionalizada foi elaborado, pela equipe técnica da UFCG, um mapa para cada município contendo a divisão dos setores de mobilização, o local específico indicado para a realização da audiência pública, que geralmente era um lugar central e de melhor acesso para chegada da população. O mapa era acompanhado de um quadro contendo o nome das localidades (bairros, distritos, comunidades, povoados e sítios) que compunham cada setor de mobilização e a população estimada em cada um desses setores de mobilização. A Figura 2 apresenta o mapa com a divisão dos setores de mobilização para o município de Cajazeirinhas/PB.

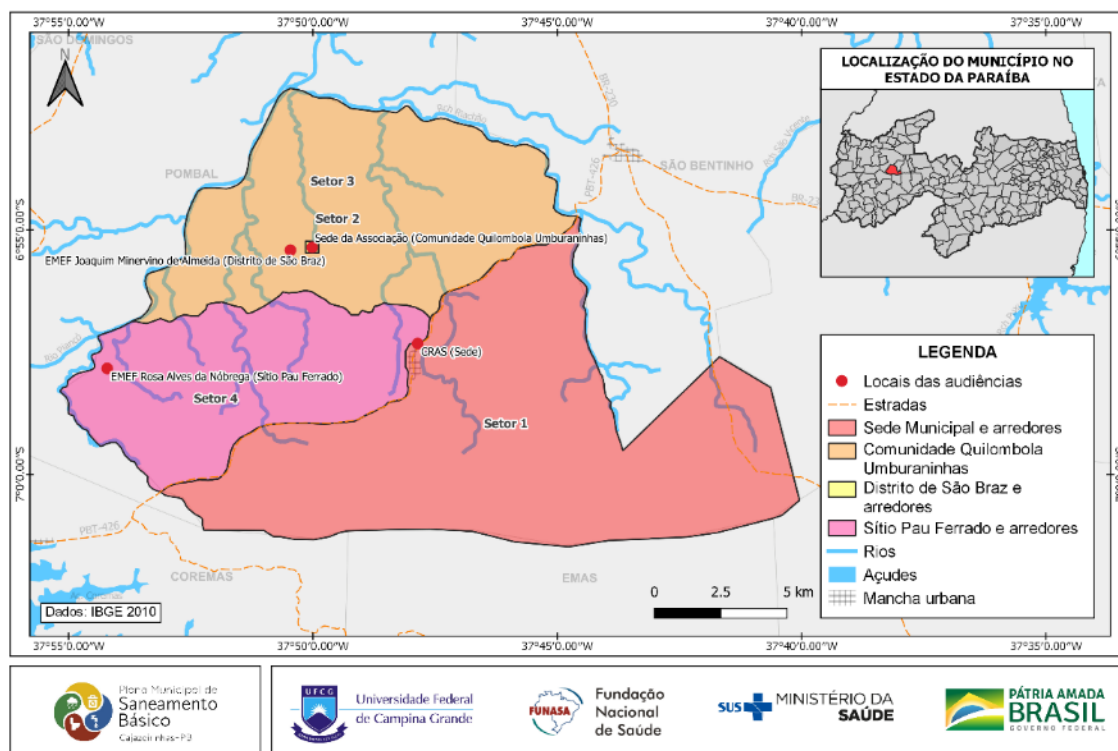


Figura 2: Mapa dos setores de mobilização social do município de Cajazeirinhas/PB. Fonte: Adaptado de PMSB-PB/UFCG (2021).

Além do planejamento operacional, também estava no Plano de Mobilização Social as estratégias de comunicação social, detalhando a produção e distribuição de material de divulgação impresso e online (anúncios nas emissoras de rádios, TV e em carros de sons; mensagens em grupos de WhatsApp, divulgação em redes sociais – site, Instagram, Facebook e blogs), bem como a apresentação e quantidade estimada dos materiais de divulgação impressos (convites, panfletos, folders, livretos, cartazes e banners) que foram usados para o chamamento da população a participar das audiências públicas sobre saneamento da sua localidade, de forma a promover a presença da população e garantir que tais eventos alcancem todo o território municipal (Figura 3).



Figura 3: Estratégias de comunicação social: a) Entrega de panfletos e cartazes para agentes de mobilização, em Cabaceiras/PB; b) Divulgação em rádio, em Bananeiras/PB.

Definir a setorização municipal juntamente com os membros dos Comitês Municipais foi um diferencial importante, uma vez que estes conhecem a realidade municipal podendo sugerir e traçar estratégias para alcançar toda a área territorial do município. A comunicação com as comunidades foi facilitada através das lideranças locais, além do apoio dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), de mídias sociais como grupos de WhatsApp e de anúncios em

rádios locais e regionais, anunciando e convocando a população para participarem das audiências públicas para debater o saneamento básico. Esses intermediários foram verdadeiros agentes multiplicadores de informação que intensificaram o processo de divulgação das ações de mobilização social.

Compreende-se que essa setorização municipal elaborada para os PMSBs da Paraíba, possibilitou uma melhor captura das demandas sociais, respeitando os anseios culturais, as necessidades imediatas e as áreas sociais mais vulneráveis que nunca tinham sido convidadas a discutir sobre demandas de serviços básicos de saneamento. Essas audiências setorizadas, garantiram a inserção das perspectivas e as pretensões da sociedade, seus interesses múltiplos e a apreciação da efetiva realidade local para o setor de saneamento que foram incorporadas como demandas no PMSB de cada município.

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Depois de formados os grupos de trabalho, a segunda estratégia de mobilização e participação social foi organizar as audiências públicas municipais programadas a partir dos setores de mobilização formados em cada município, explicado anteriormente.

Consultando as listas de presenças repassadas nas audiências públicas para elaboração do diagnóstico técnico-participativo dos 49 municípios do PMSB, pudemos constatar que as audiências públicas contaram com uma participação representativa, entre eles participaram: os agentes comunitários de saúde e endemias; chefes de gabinete, prefeitos, vereadores, representantes da Defesa Civil; representantes da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), representantes das secretarias municipais de meio ambiente, infraestrutura e obras, saúde, educação, assistência social, agricultura; representantes sindicais; lideranças comunitárias e presidentes de associações, lideranças religiosas, representantes de ONGS; representantes de cooperativas, professores, e populares em geral interessados na pauta do saneamento e atraídos pelo chamamento que foi feito nos meios de comunicação do município.

Como apresentado na Tabela 1, foram apresentados no Plano de Mobilização 177 audiências públicas para os 49 municípios, sendo que cada município recebeu no mínimo 3 audiências de acordo com a divisão dos setores de mobilização. Foram feitos alguns ajustes pelos Comitês Executivos de alguns municípios, propondo a realização de 173 audiências e, ao final, foram realizadas 174 audiências públicas. Inicialmente foram propostas 9 audiências públicas em comunidades quilombolas, todavia houve uma readaptação no Comitê Executivo do município de Areia/PB, deslocando a reunião que iria acontecer em uma comunidade quilombola para a sede do Distrito onde a comunidade quilombola está localizada. No município de Marcação/PB, estavam programadas a realização de 2 audiências públicas em terras indígenas, na readaptação feita pelo Comitê Executivo foi acrescida mais uma audiência em terras indígenas, sendo realizada no final 3 audiências nas aldeias e uma audiência pública na sede do município.

Tabela 1: Realização das audiências públicas do diagnóstico técnico-participativo.

AUDIÊNCIAS	AUDIÊNCIAS PLANEJADAS (PRODUTOS A E B)	READEQUAÇÃO FEITA PELOS MUNICÍPIOS (JULHO/2021)	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	AUDIÊNCIAS COM PROBLEMAS %
Geral	177	173*	174**	3,5%***
Comunidades Quilombolas	9	8****	8	0%
Terras Indígenas	2	3	3	0%

*Municípios que modificaram o planejamento inicial: Areia, Cajazeirinhas, Esperança, Remígio, Riachão, São José de Piranhas e Piancó.

**Ajuste feito após adiamento do primeiro calendário de audiências em Marcação.

***Municípios com problemas na realização das audiências: Areia (Distrito do Cepilho e Comunidade Quilombola Senhor do Bonfim), Igaracy (Sítio Barra), Pocinhos (Sítio Boqueirão), Riachão (Assentamento Seixo), Santana de Mangueira (Sede) e São Bento (São Bentinho).

****Areia deslocou a audiência da Comunidade Quilombola do Senhor do Bonfim para a audiência no Distrito Cepilho.

No total foram realizadas 174 audiências públicas em 49 municípios, conforme a divisão dos setores de mobilização explicado anteriormente (Tabela 1). Em média cada município recebeu 3,55 audiências. Desse total, 54 foram realizadas na sede do município, 109 aconteceram em comunidades rurais, povoados, sítios ou distritos, 8 foram realizadas em comunidades quilombolas e 3 em terras indígenas. O número total de participantes nas audiências públicas foi de 6.291 pessoas, alcançando uma média de 36,15 pessoas mobilizadas por audiência realizada (Tabela 2). Todavia tivemos audiências públicas com mais de 100 pessoas presentes, a exemplo do município de Bananeiras/PB que bateu o recorde de participantes, mobilizando a participação de 530 pessoas nas audiências realizadas no município. Apenas no município de Marcação/PB existe populações indígenas, o qual foi realizado 3 audiências públicas em áreas indígenas e 1 na sede do município. Nesse município compareceram as audiências um total de 89 participantes, distribuídos entre a sede e as áreas indígenas.

Tabela 2: Síntese da participação nas audiências públicas dos PMSB do estado da Paraíba.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	QUANTIDADE DE PESSOAS MOBILIZADAS PARA AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
Geral	6.291
Comunidades Quilombolas	282
Terras Indígenas	89

Percebeu-se que os eventos setoriais tornaram a discussão do PMSB acessível a toda a população do município, inclusive os moradores de povoados, sítios, comunidades rurais, áreas indígenas e comunidades quilombolas. Como as populações possuem dinâmicas diferenciadas, exigiram estratégias específicas em cada localidade, tanto que algumas audiências foram realizadas em ginásios, câmara de vereadores, auditórios, escolas rurais, sedes de associações e igrejas, como mostram a Figura 4.



Figura 4: Reuniões setorializadas realizadas: a) Distrito Tabuleiro, em Bananeiras/PB; b) Comunidade rural Santa Maria, em Água Branca/PB; c) Distrito Sede, em Alhandra/PB; d) Aldeia Tramataia, em Marcação/PB.

A dinâmica das audiências públicas provocou um grande número de intervenções, possibilitando uma sistematização detalhada das ausências e problemas relacionados aos quatro setores do saneamento básico dos municípios (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo das águas pluviais e manejo dos resíduos sólidos), e também incentivou os participantes a reconhecerem e apresentarem as potencialidades de cada localidade. Além disso também acolheu-se as sugestões vindas da população para solucionar falhas ou deficiências nos serviços prestados. Todos os dilemas e questões levantadas foram anotadas, tendo em vista, a necessidade de compreender e mapear toda a área territorial do município (rural e urbana) e fazer estudos e análises técnicas para a solução dos problemas e a proposição de novos serviços.

Além das informações coletadas nas audiências públicas, também foi aplicado um questionário a população presente, sobre os quatro setores do saneamento básico. Para uma melhor apreensão dos problemas relacionados aos componentes do saneamento básico, o questionário aplicado continha questões diferenciadas para as áreas urbanas e rurais. Sendo este instrumento parte essencial para a composição do diagnóstico técnico-participativo.

Como o propósito da visita ao município era a elaboração do diagnóstico técnico-participativo, além das audiências públicas foram realizadas algumas visitas técnicas a domicílios, escolas, postos de saúde, praças, fabricas, matadouro público, oficinas mecânicas, farmácias, aterros sanitários, mananciais de água, entre outros edificações públicas e privadas, agregando conversas e informações sobre os serviços de saneamento prestados, as falhas ou deficiências relatadas pela população entrevistada e ainda traçar o perfil social da população, problemas relacionados a saúde, moradia, entre outros elementos relacionados aos componentes do saneamento. Todas essas estratégias de mobilização e participação social foram primordiais para a composição do diagnóstico técnico-participativo.

A participação social nas audiências públicas possibilitou o levantamento de informações através do conhecimento da realidade local, ou seja, a própria população relatou as dificuldades enfrentadas e os serviços prestados pela gestão municipal em cada localidade, bairros, conjuntos habitacionais, distritos, sítios, povoados, comunidades quilombolas e áreas indígenas. Essas informações foram imprescindíveis para o mapeamento das informações sobre os serviços de saneamento, assim como serviram para evidenciar as percepções e as demandas de cada localidade, além do planejamento de ações para melhorar a qualidade de vida, bem-estar e saúde dos habitantes. Em municípios como Esperança/PB, Remígio/PB, Areia/PB e Picuí/PB por exemplo, a maior demanda era em relação a falta de serviços de abastecimento, já que esses municípios estavam enfrentando situações de colapso em relação ao abastecimento público. Em Cuité de Mamanguape/PB, São José dos Ramos/PB e Piancó/PB os problemas mais recorrentes eram com relação ao esgotamento sanitário. Em Alhandra/PB, Cabaceiras/PB e Água Branca/PB as principais reclamações da população eram a respeito da drenagem das águas pluviais. Todavia em todos os municípios apareceram problemas pontuais de cada um dos setores de saneamento básico, onde a população relatou ações em áreas, bairros ou comunidades específicas.

Conforme a Figura 5, de forma sintética, nas atividades de mobilização e participação social na elaboração do PMSB, em 31 municípios, dos 49 participantes do TED nº 003/2019, houve uma estratégia de mobilização satisfatória e empenhada. Em 12 municípios houve uma mobilização moderada e em apenas 6 municípios houve um menor envolvimento, não se engajando completamente nas estratégias de mobilização. Mesmo assim, as audiências públicas programadas não deixaram de acontecer, houve apenas um menor índice de participação da população nos municípios de Areia/PB, Casserengue/PB, Pocinhos/PB, Quixaba/PB, Riachão/PB e São Bento/PB.



Figura 5: Avaliação sobre as atividades de mobilização e participação social nos municípios.

Com relação a participação popular (Figura 6), considerou-se uma boa participação popular quando todas as audiências registraram um público em torno de 30 pessoas e alta representatividade das áreas abrangidas (Verde). Uma participação regular quando se registrou problemas de público e/ou representatividade em no máximo uma audiência (Laranja). E uma participação ruim quando se registrou problemas de público e/ou

representatividade em 2 ou mais audiências (Vermelho). Os municípios com menor participação social foram: Areia/PB, Nova Olinda/PB, Pocinhos/PB e São Bento/PB.

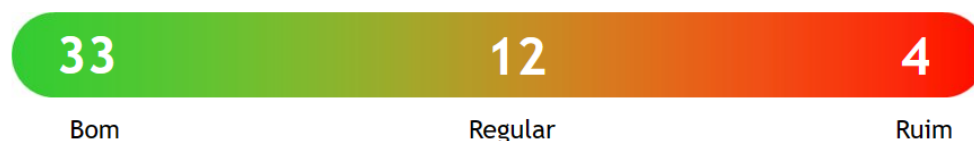


Figura 6: Avaliação sobre o comparecimento da população as audiências realizadas nos municípios.

CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES

A estratégia de participação social implementada no processo de construção do diagnóstico técnico-participativo para elaboração de 49 Planos Municipais de Saneamento Básico do estado da Paraíba mostrou-se efetiva, tanto do ponto de vista formal quanto dos resultados alcançados, apesar das restrições vivenciadas com a pandemia da Covid-19. Já que todas as audiências públicas aconteceram em meio à crise sanitária e de saúde pública provocada pela pandemia. É possível destacar a importância do envolvimento dos técnicos dos municípios integrantes dos Comitês Executivo e de Coordenação no esforço de mobilizar a população para comparecer às audiências públicas realizadas, levando em consideração todas as medidas de segurança.

Considerando todos os municípios envolvidos observou-se alguns desafios no processo de elaboração do PMSB relacionados a aspectos políticos e sociais, principalmente, no momento das audiências públicas, onde a população foi convidada a falar sobre os problemas e ausências dos serviços de saneamento básico. Ao falar de aspectos políticos, considera-se a influência de determinados grupos políticos, ou mesmo a relação de poder da gestão municipal em tratar com determinados grupos sociais e com outros não. Gerando uma descrença por parte da população em acreditar em determinados projetos para o município. Todavia esse desafio foi contornado a partir do momento que os técnicos da UFCG explicaram que se tratava de um projeto de planejamento sem viés partidário que deverá ser aplicado nos municípios nos próximos 20 anos, independente de qual seja o gestor municipal.

Os desafios com relação aos aspectos sociais partiram muito mais do receio da exposição da fala por coação política, em razão de linguagem e também por disponibilidade de tempo para participarem das audiências públicas.

A participação da sociedade no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) foi de extrema importância, porque fundamentou algumas potencialidades, principalmente a compreensão da importância da participação social, em momentos de tomada de decisão e de planejamento de ações e serviços no âmbito municipal. E também no entendimento de ser uma ação conjunta entre o poder público municipal no atendimento às necessidades da população, no que diz respeito aos serviços, à infraestrutura e às instalações operacionais de saneamento básico, em um horizonte de 20 anos, prevendo-se sua revisão a cada quatro anos.

Dessa forma, as estratégias de mobilização e participação permitiram compreender que a gestão municipal e a comunidade estabeleceram prioridades e organizam os recursos que devem ser utilizados para alcançar os objetivos, sendo uma importante ferramenta que auxilia a elaboração na tomada de decisões para solucionar os problemas identificados.

Além do mais, as estratégias de mobilização e participação social contribuíram para um amplo acesso à informação, sensibilização sobre a relevância do PMSB e dos serviços de saneamento disponíveis nos municípios. Enfim, essas estratégias colaboraram para que, durante as audiências públicas, fosse possível construir um diálogo mais consistente entre o saber técnico e o saber popular, buscando atribuir capilaridade ao processo e uma participação atribuída as vivências cotidiana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AGUIAR, M. M. de.; MELO, E. M.; HELLER, L. A participação social em três modelos institucionais de sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Espírito Santo. In: HELLER, L.; AGUIAR, M. M. de.; REZENDE, S. C. (Org.). Participação e controle social em saneamento básico: Conceitos, potencialidades e limites. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 203-231.

2. CARVALHO, Carolina Monteiro; GIATTI, Leandro Luiz; JACOBI, Pedro Roberto. Aprendizagem social e ferramentas participativas para o nexu urbano: aprendendo juntos para promover um futuro melhor. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2019.
3. GOMES, U. A. F.; HELLER, L. Participação em saneamento por meio de conselhos gestores: controle social ou legitimação política? In: HELLER, L.; AGUIAR, M. M. de; REZENDE, S. C. (Org.). Participação e controle social em saneamento básico: Conceitos, potencialidades e limites. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 115-132.
4. MELLO, M. C. C.; REZENDE, S. C. Perspectivas de controle e participação social na trajetória do Conselho Municipal de Saneamento de Belo Horizonte In: HELLER, L.; AGUIAR, M. M. de; REZENDE, S. C. (Org.). Participação e controle social em saneamento básico: Conceitos, potencialidades e limites. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 273-293.
5. PMSB. Plano Municipal de Saneamento Básico. Diagnóstico Técnico-Participativo. Campina Grande: FUNASA/UFCG, 2021.
6. PMSB. Plano Municipal de Saneamento Básico. Estratégias de Mobilização, participação e comunicação. Campina Grande: FUNASA/UFCG, 2021.
7. RUBINGER, S. D.; REZENDE, S. C.; HELLER, L. Discursos dissonantes: a comunicação entre técnicos e a população como fator para a participação social. In: HELLER, L.; AGUIAR, M. M. de; REZENDE, S. C. (Org.). Participação e controle social em saneamento básico: Conceitos, potencialidades e limites. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 161-199.